

LEI Nº1.178/2013

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a Encaminhar Para Cobrança e Protesto Extrajudicial os Créditos da Fazenda Pública Municipal que se Encontrarem Inscritos na Dívida Ativa Municipal, e dá outras providências".

José Nilton da Silva, Prefeito Municipal de Angelina - SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer procedimentos administrativos de cobrança e protesto Extrajudicial de Créditos de qualquer natureza da Fazenda Pública Municipal, vencidos e inscritos na Dívida Ativa, executados ou não, ressalvados os casos de suspensão de exigibilidade do Crédito Tributário.

Parágrafo único. Os efeitos do protesto extrajudicial do crédito tributário emitido pela Fazenda Pública Municipal alcançarão também os responsáveis tributários, na forma indicada no artigo 135 da Lei Federal Nº 5.172, de 25.10.1966 - Código Tributário Nacional, desde que seus nomes constem da Certidão de Dívida Ativa.

Art. 2º Quando da baixa do protesto, o devedor ou responsável deverá suportar o pagamento dos valores correspondentes aos emolumentos cartorários devidos, mediante apresentação de carta de anuência emitida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

§ 1º. Estando a dívida quitada integralmente, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças fornecerá ao devedor carta de anuência para que o mesmo proceda à baixa no protesto junto ao cartório competente.

§ 2º. Fica estabelecido que os valores protestados não serão objetos de parcelamento administrativo.

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Administração e Finanças efetuar os procedimentos necessários para o cumprimento no disposto nesta lei, ouvida a Assessoria Jurídica Município, sempre que necessário.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças poderá firmar convênio com os titulares dos Cartórios de Protestos de Títulos para definição dos procedimentos operacionais de encaminhamento das Certidões de Dívida Ativa para cobrança extrajudicial.

§ 2º. Cabe ao Municipal de Administração e Finanças a expedição de normas complementares para o cumprimento desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 29 de Outubro de 2013

José Nilton da Silva
Prefeito Municipal